



ACEF



Cruzeiro do Sul
Educacional

ACEF S.A.

**Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas para o exercício findo em 31
de dezembro de 2023**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
ACEF S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da ACEF S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ACEF S.A. e da ACEF S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



ACEF S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

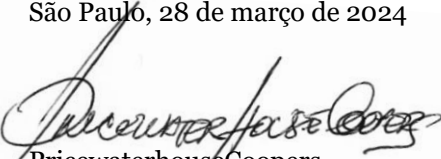


ACEF S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Vinicius
Signed by VINICIUS FERREIRA BRITTO REGO 9202010515
CPF: 9202010515
Signed Time: 28 de março de 2024 | 20:34 BRT
O ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C BR
Nome: AC SERASA RFB v2
ICP-Brasil
5000CF09B76344

Vinicius Ferreira Britto Rego
Contador CRC 1BA024501/O-9

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.533	7.458	125.423	115.516
Contas a receber	6	27.566	22.828	64.933	56.311
Tributos a recuperar		1.066	1.690	5.334	4.823
Outros créditos	7	16.644	19.458	7.337	4.381
Total do ativo circulante		49.809	51.434	203.027	181.031
Não circulante					
Contas a receber	6	1.882	1.987	6.445	5.865
Depósitos judiciais	16	4.782	3.713	6.920	5.861
Outros créditos	7	309	325	13.973	14.041
Tributos diferidos	22	29.974	28.897	41.034	41.037
Investimentos	8	620.785	585.340	42	42
Imobilizado, líquido	9	14.835	13.698	101.044	76.425
Direito de uso	12	72.625	75.148	253.790	255.696
Intangível, líquido	10	1.973	651	564.907	574.853
Total do ativo não circulante		747.165	709.759	988.155	973.820
Total do ativo		796.974	761.193	1.191.182	1.154.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	11
Debêntures	11	30.472	80.324	30.472	80.324
Fornecedores		7.518	7.194	16.671	13.616
Obrigações com partes relacionadas	15	-	-	491	486
Obrigações trabalhistas	13	9.803	12.600	25.561	30.884
Obrigações tributárias	14	3.595	3.264	20.127	19.968
Dividendos a pagar	19.4	23.410	31.596	23.410	31.596
Adiantamentos de clientes		4.498	4.222	10.014	8.990
Passivo de arrendamento	12	6.302	4.390	18.282	16.699
Receita diferida	18	-	-	722	722
Outras contas a pagar		858	1.057	1.979	1.698
Total do passivo circulante		86.456	144.647	147.729	204.994
Não circulante					
Debêntures	11	223.867	250.993	223.867	250.993
Obrigações tributárias	14	-	-	105.469	110.564
Tributos diferidos	22	-	-	15.639	16.392
Provisão para demandas judiciais	16	7.794	8.584	16.789	18.263
Passivo de arrendamento	12	80.332	81.007	274.062	268.175
Obrigações por aquisição de participações societárias	17	23.745	21.004	23.745	21.004
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	45.130	15.700	45.130	15.700
Receita diferida	18	-	-	8.785	9.508
Outras contas a pagar		782	1.250	1.099	1.250
Total do passivo não circulante		381.650	378.538	714.585	711.849
Patrimônio líquido					
Capital social	19	139.650	123.950	139.650	123.950
Reservas de lucros	19	189.218	114.058	189.218	114.058
Total do patrimônio líquido		328.868	238.008	328.868	238.008
Total do passivo e patrimônio líquido		796.974	761.193	1.191.182	1.154.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida	23	251.721	236.201	563.670	515.775
Custo dos serviços prestados	24	(118.860)	(112.256)	(278.913)	(268.326)
Lucro bruto		132.861	123.945	284.757	247.449
(Despesas) e receitas operacionais:					
Despesas gerais, administrativas e comerciais	24	(32.385)	(42.326)	(100.991)	(111.886)
Resultado de equivalência patrimonial	8	58.971	26.289	-	-
Outras receitas, líquidas	24	1.083	750	2.913	2.251
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		160.530	108.658	186.679	137.814
Receitas financeiras	25.1	2.351	2.374	20.201	16.839
Despesas financeiras	25.2	(64.367)	(72.925)	(106.970)	(113.593)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		98.514	38.107	99.910	41.060
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	22	(1.021)	(1.409)	(2.090)	(2.883)
Diferido	22	1.077	3.916	750	2.437
Lucro líquido do exercício		98.570	40.614	98.570	40.614
Média ponderada das ações no exercício	20	400.182	400.182		
Lucro básico e diluído por ações em reais	20	246,3129	101,4888		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	98.570	40.614	98.570	40.614
Total do resultado abrangente do exercício	98.570	40.614	98.570	40.614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Retenção de lucros	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Total das reservas de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	30.200	77.050	6.040	83.090	-	113.290
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	40.614	40.614
Aumento de capital	19 93.750	-	-	-	-	93.750
Destinação do resultado do exercício						
Constituição da reserva legal	19.2 -	-	2.031	2.031	(2.031)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.4 -	-	-	-	(9.646)	(9.646)
Retenção de lucros	19.3 -	28.937	-	28.937	(28.937)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	123.950	105.987	8.071	114.058	-	238.008
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	98.570	98.570
Aumento de capital	19 15.700	-	-	-	-	15.700
Destinação do resultado do exercício						
Constituição da reserva legal	19.2 -	-	4.929	4.929	(4.929)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.4 -	-	-	-	(23.410)	(23.410)
Retenção de lucros	19 -	70.231	-	70.231	(70.231)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	139.650	176.218	13.000	189.218	-	328.868

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		98.514	38.107	99.910	41.060
Resultado de equivalência patrimonial	8	(58.971)	(26.289)	-	-
Depreciação e amortização	9 e 10	3.580	3.044	25.911	28.609
Depreciação do direito de uso	12	7.184	6.719	23.189	22.988
Amortização do custo de captação	11	309	304	309	304
Encargos financeiros sobre financiamentos		-	-	1	7
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	17	2.741	2.825	2.741	2.826
Juros de debêntures	11	41.859	48.734	41.859	48.734
Juros sobre passivo de arrendamento	12	9.139	9.049	28.954	27.316
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	6	(150)	675	351	1.511
Provisão para demanda judicial	16	1.577	2.244	4.881	2.675
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	6	9.376	11.858	30.225	30.321
Receita diferida sobre venda de imóvel	18	-	-	(723)	(722)
Ajuste para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o fluxo de caixa		115.158	97.270	257.608	205.629
Decréscimo (acréscimo) em ativos					
Contas a receber		(13.859)	(14.027)	(39.778)	(41.366)
Depósitos judiciais		(1.069)	(1.028)	(1.059)	(315)
Tributos a recuperar		624	815	(511)	(470)
Outros créditos		2.830	(8.167)	(4.592)	1.221
(Decréscimo) acréscimo em passivos					
Fornecedores		(2.108)	(1.181)	(3.454)	(1.680)
Obrigações trabalhistas		(2.797)	3.500	(5.323)	7.885
Obrigações com partes relacionadas		-	-	5	-
Obrigações tributárias		391	243	(5.076)	(2.357)
Adiantamentos de clientes		276	290	1.024	1.337
Outras contas a pagar		(667)	584	130	1.210
		98.779	78.299	198.974	171.094
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.081)	(1.253)	(1.950)	(5.101)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		97.698	77.046	197.024	165.993
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos de controladas	8	23.553	32.912	-	-
Pagamento obrigações por aquisições de participações societárias	17	-	(18.377)	-	(21.047)
Aquisição de imobilizado	9	(4.395)	(4.780)	(36.832)	(23.373)
Aquisição de intangível	10	(1.606)	(531)	(1.894)	(2.152)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		17.552	9.224	(38.726)	(46.572)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos		(31.596)	-	(31.596)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos		-	-	(12)	(98)
Custo de reperfilamento de debêntures		(937)	-	(937)	-
Pagamento de debêntures	11	(118.209)	(107.364)	(118.209)	(107.364)
Pagamento de arrendamento	12	(12.563)	(13.890)	(42.767)	(42.914)
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	45.130	15.273	45.130	15.767
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(118.175)	(105.981)	(148.391)	(134.609)
Aumento (decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(2.925)	(19.711)	9.907	(15.188)
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		7.458	27.169	115.516	130.704
No fim do exercício		4.533	7.458	125.423	115.516
Aumento (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa		(2.925)	(19.711)	9.907	(15.188)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Índice

1. Contexto operacional	8
2. Políticas contábeis	8
3. Avaliação das informações por segmento	26
4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	26
5. Caixa e equivalentes de caixa	29
6. Contas a receber	29
7. Outros créditos	31
8. Investimentos	32
9. Imobilizado	34
10. Intangível	36
11. Debêntures	38
12. Arrendamentos	40
13. Obrigações trabalhistas	42
14. Obrigações tributárias	42
15. Partes relacionadas	44
16. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais	44
17. Obrigações por aquisições de participações societárias	49
18. Receita diferida	49
19. Patrimônio líquido	50
20. Resultado por ação	51
21. Instrumentos financeiros e gestão de riscos	51
22. Imposto de renda e contribuição social – Corrente e diferido	57
23. Receita líquida	59
24. Custos e despesas por natureza	60
25. Resultado financeiro	60
26. Seguros	61

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A ACEF S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, controlada direta da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., com sede na Avenida Dr. Armando Salles de Oliveira, 201 - Parque Universitário - Franca - SP. A Companhia e suas controladas diretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino superior, profissionalizante, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas, além do desenvolvimento de cursos em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados.

1.1. Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por leis complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado em um IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS e IPI, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos ICMS e ISS.

Foi também criado um imposto seletivo (“IS”), de competência federal, que incidirá sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por leis complementares. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS” (*IFRS Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC Interpretations*), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota 4.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram concluídas e aprovadas pela Administração da Companhia em 28 de março de 2024.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da ACEF S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Ração social	31/12/2023	31/12/2022
Participação direta		
Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP")	99,99%	99,99%
Veritas Educacional A Participações. S.A. ("Veritas")	99,98%	99,98%
Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda. ("Braz Cubas")	99,99%	99,99%
Participação indireta		
Cesuca Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha Ltda. ("Cesuca")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional São Bento Ltda. ("São Bento")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Santa Rita Ltda. ("Santa Rita")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda.	99,99%	99,99%

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem expostas ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiverem a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação   controlada.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia, utilizando práticas contábeis consistentes.

Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle.

Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados com transações entre controladas são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial, com seus efeitos registrados no patrimônio líquido, e não só no resultado do exercício.

2.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia e/ou suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, na demonstração do resultado.

Os ativos de indenização devem ser reconhecidos e mensurados com base em premissas consistentes com aquelas utilizadas para mensurar o item objeto da indenização, estando sujeitos à avaliação da Administração quanto às perdas potenciais por valores incobráveis e também sujeitos a quaisquer limitações contratuais para o montante da indenização que decorre de passivo contingente não reconhecido na data da aquisição, por não ter sido possível mensurar o seu valor justo com confiabilidade nessa data. Os ativos atrelados às garantias sobre os processos de ex-mantenedor estão sendo demonstrados conforme a Nota 7, bem como a movimentação sobre os passivos de contingências relacionado a tais garantias estão sendo demonstrados conforme a Nota 16.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e/ou suas controladas que se espera que sejam beneficiadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Todas as aquisições efetuadas foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, conseqüentemente, a necessidade de mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

2.3. Classificação circulante e não circulante

A Companhia e/ou suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedado durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço;
- a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia e/ou suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos passivos fiscais diferidos são classificados no ativo não circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e suas controladas são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social nas sociedades que aderiram ao PROUNI foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal especificamente aplicáveis ao PROUNI e o lucro da exploração sobre as atividades isentas.

De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1394, de 12/09/2013 (IN 1394/13), a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que aderir ao PROUNI nos termos do artigo 5º da Lei nº 11.096 de 2005, ficará isenta na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) durante o período de vigência do termo de adesão dos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A isenção é apurada através do lucro da exploração, observando o disposto da IN 1394/13.

Tributos diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável ou prejuízo fiscal;
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos líquidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre as vendas

As regras do PROUNI definem que estão isentas do PIS e da COFINS as receitas auferidas pela Companhia e suas controladas sobre todas as atividades operacionais vinculadas à graduação tradicional e tecnológica. Para as demais receitas de ensino superior, a incidência do PIS e da COFINS segue as alíquotas de 0,65% e 3%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas ao ensino superior, a incidência do PIS é apurado pela alíquota de 1,65% e da COFINS a 7,6%. Vale ainda destacar que, a partir de julho de 2015, a Companhia e suas controladas passaram a recolher PIS e COFINS sobre os rendimentos com aplicações financeiras, com alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente.

Sobre as receitas das atividades de ensino, incide o ISS, e, de acordo com cada município as alíquotas são de 2% a 5%.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente registrados pela Companhia e suas controladas quando se tornam parte de disposições contratuais de determinado instrumento.

2.6.1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão desses ativos.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados, a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- ativos financeiros ao custo amortizado;
- ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados;
- ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais);
- ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;
- a Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiram uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas nem transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiram o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência, além do contas a receber de alunos (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para os ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável, não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, pois, de acordo com a avaliação da Companhia e suas controladas, além de o risco associado ser baixo, não há histórico de perdas.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2.6.2. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia e controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou controladas que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, forem atendidos. A Companhia e suas controladas não designaram nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Os saldos de contas a receber da Companhia estão ajustados a valor presente conforme demonstrado na Nota 6.

2.8. Investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possui efeitos em outros resultados abrangentes ou registrados diretamente no patrimônio líquido derivados das demonstrações financeiras de suas controladas.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre seu investimento em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

2.9. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção. A Companhia não possui ativos qualificáveis nos exercícios apresentados.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e/ou suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Ativo	Prazo
Acervo bibliográfico	10 anos
Equipamento de informática	05 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos audiovisuais	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(a)
Direito de uso	(b)

(a) Com base nos contratos de locação, a vida útil das benfeitorias em propriedades de terceiros gira em torno de 03 a 20 anos, variando de acordo com o período de utilização dos ativos.

(b) Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, que varia em torno de 03 a 20 anos.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.10. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Ativo	Prazo esperado de amortização
Carteira de clientes	04 a 05 anos
Marcas	25 anos a 25 anos e meio
Licenças MEC	Indefinida
Cláusulas de não concorrência	05 anos
Polos de ensino	04 anos e 05 meses a 8 anos e 11 meses
Produção de materiais – EaD	04 anos
Softwares	Até 05 anos

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valorização da carteira de alunos

A valorização da carteira de alunos foi estimada através do método de fluxo de caixa descontado, baseada nas informações internas de alunos remanescentes e geração de caixa desses alunos até a formatura, considerando receitas, custos diretos e índice de contribuição de outras despesas e ativos para a geração desse resultado.

Licenças MEC

As licenças concedidas pelo MEC para o curso de Medicina foram estimadas através do método de mensuração pela abordagem da renda. Esse método é uma derivação do método do fluxo de caixa descontado. O princípio fundamental é que o valor de um ativo intangível corresponde ao valor presente das diferenças entre os fluxos de caixa de dois cenários: um considerando a geração de fluxos de caixa atual e outro, uma reconstrução do ativo considerando a curva de evolução necessária para que os fluxos sejam equiparados. Considerando ser um ativo intangível de vida útil indefinida, foi efetuado teste de recuperabilidade conforme descrito na Nota 10.

2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos descritos a seguir.

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Após a conclusão dos testes de recuperação dos ativos, que foram realizados para a data-base de 31 de outubro de 2023, a Companhia não identificou elementos que indiquem a necessidade de constituição de provisão para *impairment* em 31 de dezembro de 2023.

Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida

Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida são amortizados e depreciados, respectivamente, bem como avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A avaliação da existência de indicativos de perda do valor econômico é realizada no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.12. Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para fazer frente aos seus compromissos com arrendamentos e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, de acordo com o prazo contratual.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.12.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento (fluxo de caixa descontado real). Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa (tais como a inflação, que é incorporada ao passivo de arrendamento e direito de uso quando aplicada na data-base de reajuste dos aluguéis) e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia, e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa, geralmente percentuais sobre a receita líquida sobre os serviços prestados da Companhia, são reconhecidos como custos dos serviços prestados no período em que ocorre o evento ou a condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo e financiamento incremental (taxa nominal) na data de início, porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma modificação na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor (a Companhia tem como política considerar ativos de baixo valor aqueles cujo valor quando novo é igual ou inferior a R\$ 20). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e/ou suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.15. Adiantamentos de clientes

São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência em decorrência da obrigação de desempenho definida pelo CPC 47/IFRS 15 - Contratos com Clientes.

2.16. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média ponderada das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

A Companhia e/ou suas controladas não possuem operações com instrumentos diluidores que influenciam o cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação.

2.17. Receita diferida

Com a mudança do CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil para a Norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, foi identificado um arrendamento em uma controlada indireta da CEUNSP, que nos termos da norma, não se qualificam como arrendamento mercantil, e sim como um retro arrendamento do imóvel. A operação de *sale and leaseback* resultou em um ganho auferido na transação, e à luz da norma, esse ganho foi registrado no passivo da Companhia como uma receita diferida que está sendo amortizado ao longo do prazo do arrendamento.

2.18. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for favorável que benefícios econômicos sejam gerados para a Companhia e/ou suas controladas e quando possa ser mensurada de forma

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

O CPC 47/IFRS 15, estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita:

- quando as partes aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos;
- quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- quando o contrato possuir substância comercial;
- quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

A seguir apresentamos as políticas adotadas nas receitas advindas das atividades operacionais da Companhia.

Prestação de serviços

As receitas incluem mensalidades de ensino superior (graduação e pós-graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou à distância, mensalidade de cursos de extensão e taxas de serviços. As receitas são registradas quando os serviços são prestados.

Venda de produtos

A receita pela comercialização de produtos é reconhecida no cumprimento das obrigações ao transferir o produto ao cliente, podendo ser em momento específico seu reconhecimento ao longo do contrato, conforme o acordo comercial assumido. A Companhia e suas controladas utilizam a política de reconhecimento de receita na data em que o produto é entregue ao comprador, visto que os principais produtos são livros e apostilas.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros está incluída na rubrica “Receita financeira”, na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.19. Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). A Companhia apresenta as operações de pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento como atividade de financiamento.

2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

Não há novas normas CPC, IFRS ou interpretações IFRIC que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

A seguinte alteração de norma aplicável à Companhia foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alteração ao IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

De acordo com o IAS 1 – *Presentation of financial statements*, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 - *Classification of Liabilities as Current or Non-Current*, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses caso, na data do balanço, não tivesse cumprido índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida, para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* que a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco de o passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Dessa forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Essa alteração não tem impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3. Avaliação das informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada e é gerenciada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso e entregues em formatos diferentes, como campi e polos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos e, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas, no curso normal dos negócios, a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas podem ser adversamente afetadas, independentemente do respectivo resultado final.

Conforme exposto, não é possível garantir que essas autoridades não atuarão a Companhia e suas controladas, nem que essas atuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais.

Tributos

Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa

A provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais na perda incorrida.

A Companhia utiliza o expediente prático previsto na norma e aplica o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento.

Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário e períodos de contrato

A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar emprestados os recursos necessários para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar.

A obtenção dessa taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que essa escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares; e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de centros acadêmicos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão);

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos e os custos e a disrupção nos negócios necessários para a substituição do ativo arrendado.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não a exercer).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	2	2	4	4
Banco conta movimento	1.030	2.663	3.180	11.869
Equivalentes de caixa	3.501	4.793	122.239	103.643
Total	4.533	7.458	125.423	115.516

O grupo de caixa e equivalentes de caixa é composto pelos numerários mantidos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo que possuem prazo de realização inferior a 90 dias, sem risco de alteração de valor quando do resgate antecipado.

Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações de renda fixa estão concentradas em operações de CDB, substancialmente indexadas à variação de 95% do CDI (101% do CDI em 31 de dezembro de 2022), firmadas com instituições financeiras nacionais de primeira linha.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Mensalidades (i)	43.580	36.356	100.740	82.632
Crédito universitário (ii)	3.429	3.000	8.866	15.428
Acordos em andamento (iii)	9.298	8.315	28.104	20.142
Cartões a receber (iv)	6.551	5.169	15.938	12.313
Outras contas a receber (iv)	102	168	203	290
Subtotal	62.960	53.008	153.851	130.805
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (v)	(32.459)	(26.990)	(79.511)	(66.018)
Ajuste a valor presente	(1.053)	(1.203)	(2.962)	(2.611)
Total	29.448	24.815	71.378	62.176
Circulante	27.566	22.828	64.933	56.311
Não circulante	1.882	1.987	6.445	5.865

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Corresponde às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino.
- (ii) Compreende as mensalidades a receber objeto de financiamento mediante os programas disponíveis na Companhia e suas controladas, tais como Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e parcelamentos próprios.

O FIES é um financiamento educacional operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e que tem o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal como agentes financeiros. Os valores contratados pelos alunos são repassados em forma de Certificados Financeiros do Tesouro Série E (CFT-E), que são títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional. Esses títulos podem ser utilizados para compensação de tributos federais ou convertidos em caixa.

Para que o aluno contrate o FIES, é necessário que seja apresentado fiador ou que o aluno opte pelo Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil (FG-Fies), um fundo administrado pela CEF com finalidade de compartilhar o risco em operações de crédito educativo. O parcelamento próprio é uma modalidade de cobrança que permite aos alunos pagar a dívida no dobro do tempo do curso. Os valores são atualizados conforme reajuste dos preços dos serviços e sem a incidência de juros.

- (iii) Referem-se a títulos negociados de acordo com a política de cobrança, em que os juros e multas podem ou não ser isentos de acordo com a negociação. Tais negociações ocorrem, principalmente, por meio de cartões, crédito e débito, ou boletos. Caso haja receita financeira, ela é reconhecida no momento do recebimento.
- (iv) Cartões a receber é representado por valores de mensalidades pagos com cartões de crédito. O saldo de outras contas a receber é composto por valores recebidos em escritórios de cobrança terceirizados.
- (v) A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa por meio de análise dos saldos de mensalidades e acordos conforme suas faixas de vencimento e estimativa de perda de cada carteira. Também são constituídas provisões para parcelamentos próprios e FIES, de acordo com a estimativa da futura inadimplência. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente provisionada. A Administração da Companhia avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão para perda com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber conforme as diretrizes do CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros.

A movimentação da provisão para créditos para perdas estimadas com liquidação duvidosa está demonstrada a seguir.

	Controladora	Consolidado
(=) Saldos em 31/12/2021	26.515	64.684
(+/-) Constituições de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	11.858	30.321
(+/-) Baixa contra contas a receber (i)	(11.383)	(28.987)
(=) Saldos em 31/12/2022	26.990	66.018
(+/-) Constituições de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	9.376	30.225
(+/-) Baixa contra contas a receber (i)	(3.907)	(16.732)
(=) Saldos em 31/12/2023	32.459	79.511

- (i) Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 2 anos o título é baixado, bem como a respectiva provisão para perdas. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição dos valores a receber por faixa de vencimento é apresentada a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2023	%	31/12/2022	%	31/12/2023	%	31/12/2022	%
A vencer	17.152	26%	15.033	29%	47.393	31%	44.172	34%
Crédito universitário	3.429	5%	3.000	6%	8.866	6%	15.428	12%
Acordos em andamento	7.070	11%	6.698	13%	22.386	15%	16.142	12%
Cartões a receber	6.551	10%	5.169	10%	15.938	10%	12.313	10%
Outras contas a receber	102	0%	166	0%	203	0%	289	0%
Vencidos	45.808	74%	37.975	71%	106.458	69%	86.633	66%
Até 180 dias	19.911	32%	16.500	31%	44.882	29%	35.571	27%
Acima de 180 dias	25.897	42%	21.475	40%	61.576	40%	51.062	39%
Total	62.960	100%	53.008	100%	153.851	100%	130.805	100%

7. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo indenizatório sobre provisão de contingência de ex-mantenedor (i)	-	-	14.680	14.366
Adiantamentos a funcionários	213	305	2.380	2.422
Adiantamentos a fornecedores	1.093	554	2.146	997
Dividendos a receber (ii)	15.333	18.780	-	-
Outros	314	144	2.104	637
Total	16.953	19.783	21.310	18.422
Circulante	16.644	19.458	7.337	4.381
Não circulante	309	325	13.973	14.041

(i) Conforme o contrato de compra e venda da Santa Rita, Cesuca e Braz Cubas, existem garantias atreladas aos processos prováveis judiciais/administrativos em discussão em que a Companhia figura no polo passivo da ação. No caso de julgamentos desfavoráveis, esses valores serão de responsabilidade dos vendedores, sendo reembolsados os valores à Companhia e suas controladas, conforme apresentado na Nota 16.4.

(ii) Dividendos a receber da controlada Veritas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos

8.1. Movimentação dos investimentos

	CEUNSP	Veritas	Braz Cubas	Acervo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	131.194	311.817	105.801	42	548.854
Equivalência patrimonial	192	16.638	25.625	-	42.455
Amortização de mais valia (i)	(549)	(6.963)	(8.654)	-	(16.166)
Equivalência patrimonial total	(357)	9.675	16.971	-	26.289
Aumento de capital (ii)	-	-	43.109	-	43.109
Distribuição de lucros	(17.839)	(15.073)	-	-	(32.912)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	112.998	306.419	165.881	42	585.340
Equivalência patrimonial	5.568	20.089	44.258	-	69.915
Amortização de mais valia (i)	(549)	(1.741)	(8.654)	-	(10.944)
Equivalência patrimonial total	5.019	18.348	35.604	-	58.971
Baixa de menos valia Braz Cubas	-	-	27	-	27
Distribuição de lucros	-	(23.553)	-	-	(23.553)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	118.017	301.214	201.512	42	620.785
Saldo patrimonial das controladas	47.489	63.739	(50.747)		
Ágio	63.219	102.609	216.530		
Mais valia	7.309	134.866	35.729		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	118.017	301.214	201.512		

- (i) Efeito das amortizações dos intangíveis identificados quando da combinação de negócios, reconhecidas na forma de ajuste à equivalência patrimonial na Companhia.
- (ii) Aumento do capital social na Braz Cubas em R\$43.109 com emissão de 43.109.327 quotas emitidas mediante aproveitamento de adiantamento para futuro aumento de capital.

8.2. Sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das controladas diretas

	31 de dezembro de 2023		
	CEUNSP	Veritas	Braz Cubas
% de participação	99,99%	99,99%	99,99%
Ativo circulante	36.276	57.227	75.047
Ativo não circulante	110.710	85.181	105.452
Total do ativo	146.986	142.408	180.499
Passivo circulante	13.472	36.727	26.408
Passivo não circulante	86.025	41.942	204.838
Patrimônio líquido	47.489	63.739	(50.747)
Total do passivo e patrimônio líquido	146.986	142.408	180.499
Receita líquida	76.681	107.581	127.688
Custo dos serviços prestados	(49.429)	(62.819)	(47.805)
Despesas operacionais, líquidas	(12.015)	(22.714)	(21.102)
Despesas financeiras, líquidas	(9.428)	(355)	(14.971)
Imposto de renda e contribuição social	(241)	(1.604)	448
Lucro líquido do exercício	5.568	20.089	44.258

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2022		
	CEUNSP	Veritas	Braz Cubas
% de participação	99,99%	99,99%	99,99%
Ativo circulante	34.820	70.949	42.609
Ativo não circulante	103.802	72.316	101.906
Total do ativo	138.622	143.265	144.515
Passivo circulante	12.314	37.749	29.064
Passivo não circulante	84.387	38.313	210.456
Patrimônio líquido	41.921	67.203	(95.005)
Total do passivo e patrimônio líquido	138.622	143.265	144.515
Receita líquida	70.944	98.867	109.763
Custo dos serviços prestados	(48.867)	(57.332)	(49.870)
Despesas operacionais, líquidas	(13.791)	(20.930)	(17.173)
Despesas financeiras, líquidas	(8.018)	(699)	(17.485)
Imposto de renda e contribuição social	(76)	(3.268)	390
Lucro líquido do exercício	192	16.638	25.625

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado**9.1. Controladora**

	Saldos em					Saldos em					Saldos em
	31/12/2021	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	31/12/2022	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	31/12/2023
Custo											
Acervo bibliográfico	7.683	-	-	-	(1)	7.682	-	-	-	-	7.682
Equipamentos de informática	6.709	505	(43)	-	-	7.171	127	-	-	48	7.346
Máquinas e equipamentos (ii)	11.306	1.353	-	-	1	12.660	1.763	(1)	-	-	14.422
Móveis e utensílios	4.435	803	-	-	(1)	5.237	321	(1)	-	-	5.557
Instalações	729	-	-	-	-	729	15	-	-	-	744
Benfeitorias em propriedades de terceiros	5.125	636	-	1.764	2.367	9.892	1.542	-	666	-	12.100
Imobilizações em andamento (i)	3.231	1.764	-	(1.764)	(3.230)	1	665	-	(666)	-	-
Outras imobilizações	1.585	-	(209)	-	437	1.813	-	-	-	-	1.813
	40.803	5.061	(252)	-	(427)	45.185	4.433	(2)	-	48	49.664
Depreciação											
Acervo bibliográfico	(6.483)	(472)	-	-	(1)	(6.956)	(448)	-	-	-	(7.404)
Equipamentos de informática	(5.931)	(273)	43	-	(1)	(6.162)	(301)	-	-	-	(6.463)
Máquinas e equipamentos	(8.843)	(737)	-	-	-	(9.580)	(768)	1	-	-	(10.347)
Móveis e utensílios	(3.220)	(280)	-	-	2	(3.498)	(338)	1	-	-	(3.835)
Instalações	(688)	(7)	-	-	(4)	(699)	(6)	-	-	-	(705)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(2.790)	(787)	-	-	427	(3.150)	(1.313)	-	-	-	(4.463)
Outras imobilizações	(1.490)	(165)	209	-	4	(1.442)	(170)	-	-	-	(1.612)
	(29.445)	(2.721)	252	-	427	(31.487)	(3.344)	2	-	-	(34.829)
	11.358	2.340	-	-	-	13.698	1.089	-	-	48	14.835

(i) O grupo de imobilizações em andamento corresponde substancialmente a gastos com reforma de imóveis e adequação dos ambientes para a utilização das aulas nos campi. Após a validação e finalização das obras para utilização do espaço, os valores são transferidos para a rubrica "benfeitorias em propriedade de terceiros" e depreciados conforme contrato de locação.

(ii) O grupo de máquinas e equipamentos corresponde à modernização nos equipamentos para laboratórios e audiovisuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2. Consolidado

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	Saldos em 31/12/2023
Custo										
Acervo bibliográfico	20.093	40	-	-	20.133	103	-	-	-	20.236
Equipamentos de informática	26.663	963	(43)	-	27.583	791	(62)	-	48	28.360
Máquinas e equipamentos (ii)	31.990	5.507	-	150	37.647	12.605	(1)	87	-	50.338
Móveis e utensílios	20.631	1.711	-	3	22.345	2.428	(10)	-	-	24.763
Instalações	1.909	95	-	-	2.004	20	-	-	-	2.024
Benfeitorias em propriedades de terceiros	37.352	2.755	-	2.326	42.433	8.317	-	32.243	-	82.993
Imobilizações em andamento (i)	12.647	13.206	-	(2.479)	23.374	14.426	-	(32.330)	-	5.470
Outras imobilizações	2.929	-	(376)	-	2.553	-	-	-	-	2.553
	154.214	24.277	(419)	-	178.072	38.690	(73)	-	48	216.737
Depreciação										
Acervo bibliográfico	(17.100)	(954)	-	-	(18.054)	(828)	-	-	-	(18.882)
Equipamentos de informática	(19.394)	(2.185)	43	-	(21.536)	(1.997)	62	-	-	(23.471)
Máquinas e equipamentos	(19.465)	(2.672)	-	-	(22.137)	(3.046)	1	-	-	(25.182)
Móveis e utensílios	(13.296)	(1.572)	-	-	(14.868)	(1.661)	10	-	-	(16.519)
Instalações	(1.982)	(136)	-	-	(2.118)	(109)	-	-	-	(2.227)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(17.419)	(3.520)	-	-	(20.939)	(6.179)	-	-	-	(27.118)
Outras imobilizações	(2.145)	(226)	376	-	(1.995)	(299)	-	-	-	(2.294)
	(90.801)	(11.265)	419	-	(101.647)	(14.119)	73	-	-	(115.693)
	63.413	13.012	-	-	76.425	24.571	-	-	48	101.044

(i) O grupo de imobilizações em andamento corresponde substancialmente a gastos com reforma de imóveis e adequação dos ambientes para a utilização das aulas nos campi. Após a validação e finalização das obras para utilização do espaço, os valores são transferidos para a rubrica "Benfeitorias em propriedades de terceiros" e depreciados conforme contrato de locação.

(ii) O grupo de máquinas e equipamentos corresponde à modernização nos equipamentos para laboratórios e audiovisuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

A demonstração da movimentação do intangível é descrito abaixo:

10.1. Controladora

Movimentação	Saldos em 31/12/2021	Adições	Saldos em 31/12/2022	Adições	Reclassif.	Saldos em 31/12/2023
Custo						
Marcas	206	-	206	-	-	206
Produção de materiais - EaD	-	192	192	65	-	257
Softwares	3.470	317	3.787	4	23	3.814
Softwares em Andamento	-	71	71	1.537	(71)	1.537
Amortizações						
Produção de materiais - EaD	-	-	-	(52)	-	(52)
Softwares	(3.282)	(323)	(3.605)	(184)	-	(3.789)
Total	394	257	651	1.370	(48)	1.973

10.2. Consolidado

Movimentação	Saldos em 31/12/2021	Adições	Reclassif.	Saldos em 31/12/2022	Adições	Reclassif.	Transf.	Saldos em 31/12/2023
Custo								
Ágio em aquisições de investimentos	382.331	-	-	382.331	-	-	-	382.331
Mais valia - Marcas	57.995	-	-	57.995	-	-	-	57.995
Mais valia - Carteira de clientes	61.364	-	-	61.364	-	-	-	61.364
Mais valia - Licenças MEC	112.564	-	-	112.564	-	-	-	112.564
Mais valia - Polos de ensino	15.054	-	-	15.054	-	-	-	15.054
Mais valia - Relacionamento com clientes	6.085	-	-	6.085	-	-	-	6.085
Mais valia - Cláusula de não concorrência	10.916	-	-	10.916	-	-	-	10.916
Marcas	526	-	205	731	1	-	-	732
Produção de materiais - EaD	158	318	-	476	270	-	-	746
Softwares	8.206	1.604	(472)	9.338	34	23	1.901	11.296
Softwares em Andamento	371	852	-	1.223	1.589	(71)	(1.901)	840
Total do custo	655.570	2.774	(267)	658.077	1.894	(48)	-	659.923
Amortização								
Mais valia - Marcas	(4.412)	(1.428)	-	(5.840)	(1.428)	-	-	(7.268)
Mais valia - Carteira de clientes	(36.463)	(12.363)	-	(48.826)	(7.140)	-	-	(55.966)
Mais valia - Polos de ensino	(3.236)	(1.688)	-	(4.924)	(1.689)	-	-	(6.613)
Mais valia - Relacionamento com clientes	(6.085)	-	-	(6.085)	-	-	-	(6.085)
Mais valia - Cláusula de não concorrência	(9.222)	(549)	-	(9.771)	(550)	-	-	(10.321)
Produção de materiais - EaD	-	-	-	-	(79)	-	-	(79)
Softwares	(6.729)	(1.316)	267	(7.778)	(906)	-	-	(8.684)
Total da amortização	(66.147)	(17.344)	267	(83.224)	(11.792)	-	-	(95.016)
Total	589.423	(14.570)	-	574.853	(9.898)	(48)	-	564.907

Os ativos classificados como softwares correspondem à aquisição e custos de implementação de softwares operacionais da Companhia e suas controladas. Sua taxa de amortização é fixada em 20% anuais para aquisições de sistemas de softwares sem prazo de vigência e 100% anuais para aquisições de sistemas de softwares com vigência de 12 meses.

Os ágios gerados nas aquisições são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada, no mínimo, uma vez ao ano.

As parcelas dos ágios não alocadas foram identificadas através de laudo de mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição dos negócios adquiridos, conforme CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios.

O valor de licença MEC (Ministério da Educação), que foi identificado com vida útil indefinida de acordo com estudo preparado por empresa independente, também é submetido anualmente à análise de recuperabilidade (teste de *impairment*).

10.3. Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio nas aquisições de participações

Em 31 de outubro de 2023 a Administração efetuou a análise de recuperabilidade de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida e não identificou indicadores de *impairment*. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis.

A Companhia considera como unidade geradora de caixa (*business unit*) a gestão acadêmica, comercial e administrativa das unidades de cada entidade existente, conforme disposto no item 6, do CPC 01 (R1)/IAS 36 Redução ao valor recuperável de ativos, conforme demonstrado abaixo:

Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”s)	UGC's em 31/12/2023	UGC's em 31/12/2022
CEUNSP	Ceunsp	Ceunsp
Veritas	Sul	Sul
Sociedade Educacional Braz Cubas	Braz Cubas	Braz Cubas

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir.

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são taxa média de desconto nominal, números de alunos, ganho de margem anual pelo período de cinco anos e crescimento do EBITDA projetado, conforme a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Premissas	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de desconto (i)	13,01%	12,50%
Período de projeção (ii)	5 anos	5 anos
Crescimento de alunos (iii)	2,0%	2,0%
Crescimento na perpetuidade (iv)	4,5%	5,0%
Crescimento da receita (v)	7,2%	7,4%
Crescimento da margem EBITDA (vi)	0,5%	0,5%

- (i) A taxa de desconto das unidades geradoras de caixa (UGC) é uma taxa antes dos tributos e foi estimada baseada na experiência da Administração com os ativos dessas UGCs e na média ponderada do custo de capital da Companhia, que corresponde à taxa nominal.
- (ii) As projeções devem abranger, como regra geral, o período máximo de cinco anos, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo.
- (iii) Crescimento na captação de alunos no EaD e no Presencial em 2% entre 2024 e 2028.
- (iv) Taxa de perpetuidade de 4,5% a.a. A Companhia acredita ser viável o alcance dos resultados projetados para períodos superiores a cinco anos, dadas sua experiência e capacidade de gestão na integração e expansão de geração de caixa de unidades adquiridas, bem como nas características específicas que o setor possui, como baixa penetração e altas taxas de crescimento no histórico recente.
- (v) Crescimento de receita através de novas turmas, reposicionamento de preço e captação de alunos advindo de novas praças.
- (vi) Ganho de margem EBITDA ajustado 0,5%, com ganho de eficiência devido à escalabilidade do negócio.

Análise de sensibilidade das premissas

Considerando o cenário em que ocorra redução na taxa de crescimento de alunos e perpetuidade e aumento na taxa de desconto (principais premissas) em 10%, não foi identificada nenhuma necessidade de ajuste ao valor recuperável.

Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas (Censo do Ensino Superior).

11. Debêntures

11.1. Composição

Emissão	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
2 ^a	Taxa CDI + 1,60 a.a.	140.230	189.978	140.230	189.978
3 ^a	Taxa CDI + 1,35 a.a.	114.109	141.339	114.109	141.339
		254.339	331.317	254.339	331.317
	Circulante	30.472	80.324	30.472	80.324
	Não circulante	223.867	250.993	223.867	250.993

As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

fidejussória, para distribuição pública e com esforços restritos de distribuição, possuem as características a seguir.

Emissão	Série	Data da emissão	Vencimento	Quant.	Valor unitário	Valor emissão	Pagamento principal e juros	Garantias
2ª	Única	24/09/2018	24/12/2028	3.000	100	300.000	Semestral (Mar. e Set.)	(i)
3ª	Única	23/12/2019	23/12/2026	155.000	1	155.000	Semestral (Jun. e Dez.)	(ii)

- (i) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Santa Rita e Cesuca decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (b) eventual fração, se houver necessidade de complemento do valor mínimo, dos direitos creditórios da titularidade da Cruzeiro do Sul Educacional, decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (c) alienação fiduciária das ações da Santa Rita e Veritas; (d) alienação fiduciária das quotas da Santa Tereza, São Bento e Cesuca; e (e) fiança da Cruzeiro do Sul Educacional, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.
- (ii) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) alienação fiduciária das quotas da Braz Cubas; (b) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Braz Cubas decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; e (c) fiança da Cruzeiro do Sul Educacional, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.

11.2. Cláusulas restritivas (Covenants)

As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, os quais são apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da fiadora, Cruzeiro do Sul Educacional. O resultado do quociente da divisão da dívida financeira líquida e o EBITDA ajustado, deverá ser igual ou inferior a 3,0x, descontados de todos os impactos do IFRS 16/CPC 06 (R2);

Na data de medição de 31 de dezembro de 2023, a Companhia atingiu todos os índices requeridos descritos acima.

11.3. Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	331.317	389.643	331.317	389.643
Custo de reperfilamento (i)	(937)	-	(937)	-
Pagamento de juros	(44.404)	(47.121)	(44.404)	(47.121)
Pagamento de principal	(73.805)	(60.243)	(73.805)	(60.243)
Apropriação dos juros	41.859	48.734	41.859	48.734
Amortização do custo	309	304	309	304
Saldo final	254.339	331.317	254.339	331.317

- (i) Custo de reperfilamento da 2ª emissão de debêntures da ACEF (alongamento do prazo da dívida).

Em 31 de dezembro de 2023, o cronograma de vencimento era o seguinte:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ano	2ª emissão ACEF	3ª emissão ACEF	Consolidado
2024	3.550	26.922	30.472
2025	34.170	27.125	61.295
2026	34.170	60.062	94.232
2027	34.170	-	34.170
2028	34.170	-	34.170
	140.230	114.109	254.339

12. Arrendamentos

O passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento de pagamentos futuros e do direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo, determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa nominal incremental de empréstimo com características e prazos semelhantes aos contratos de arrendamento.

Contratos por prazo e taxa de desconto:

Prazos Contratuais	Taxa
6 anos	9,83%
9 anos	10,91%
Mais de 10 anos	11,02%

12.1. Movimentação do direito de uso

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	75.148	255.696
Adição de novos contratos / Renovações contratuais	-	11.007
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	4.661	10.276
Depreciação no exercício	(7.184)	(23.189)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	72.625	253.790
Direito de uso	100.957	338.584
(-) Depreciação acumulada	(28.332)	(84.794)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	72.625	253.790

- (i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	77.760	237.939
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	4.107	40.745
Depreciação no exercício	(6.719)	(22.988)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	75.148	255.696
Direito de uso	97.136	328.355
(-) Depreciação acumulada	(21.988)	(72.659)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	75.148	255.696

- (i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

12.2. Movimentação do passivo de arrendamento

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	85.397	284.874
Adição de novos contratos / Renovações contratuais	-	11.007
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	4.661	10.276
Contraprestação paga	(12.563)	(42.767)
Apropriação de encargos financeiros	9.139	28.954
Saldo em 31 de dezembro de 2023	86.634	292.344
Circulante	6.302	18.282
Não circulante	80.332	274.062

- (i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	86.131	259.727
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	4.107	40.745
Contraprestação paga	(13.890)	(42.914)
Apropriação de encargos financeiros	9.049	27.316
Saldo em 31 de dezembro de 2022	85.397	284.874
Circulante	4.390	16.699
Não circulante	81.007	268.175

- (i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

As parcelas fixas dos contratos de aluguel, conforme apresentado acima, foram reconhecidas a valor presente (considerando a taxa de juros nominal incremental quando da adoção inicial, do início do contrato ou de sua eventual modificação de escopo) como direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou segundo o regime de competência diretamente no resultado o montante de R\$283 (R\$411 em 31 de dezembro de 2022) relacionado aos contratos que não atendem as premissas para a capitalização como direito de uso da norma (ausência do controle substancial do bem).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.3. Compromissos futuros

Os saldos de arrendamento a pagar relacionados aos compromissos futuros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão apresentados a seguir.

	Consolidado		
	IFRS 16	(-) AVP	31/12/2023
Até um ano	46.795	(28.513)	18.282
Um ano até cinco anos	212.613	(115.398)	97.215
Cinco anos até dez anos	166.825	(60.378)	106.447
Dez anos até quinze anos	82.955	(17.693)	65.262
Acima de quinze anos	5.379	(241)	5.138
Total	514.567	(222.223)	292.344

12.4. Impactos nas demonstrações financeiras do exercício

A Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício nas rubricas “Custos” e “Despesas financeiras”, respectivamente, as despesas de depreciação e juros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tais impactos alcançam os valores de R\$23.189 (R\$22.988 em 31 de dezembro de 2022) e R\$28.954 (R\$27.316 em 31 de dezembro de 2022), respectivamente.

13. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar	4.701	6.275	10.971	12.405
Provisão para férias e encargos	3.152	4.445	10.029	13.414
INSS a recolher	1.364	1.301	3.243	3.708
FGTS a recolher	403	468	1.020	1.119
Outras obrigações	183	111	298	238
Total	9.803	12.600	25.561	30.884
Circulante	9.803	12.600	25.561	30.884

14. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRRF a recolher	1.726	1.565	3.278	3.071
ISS a recolher	578	529	1.523	1.362
PIS e COFINS a recolher	1.091	1.032	1.325	1.271
Impostos retidos	196	136	613	518
IRPJ e CSLL	4	2	9	520
Parcelamentos	-	-	118.848	123.790
Total	3.595	3.264	125.596	130.532
Circulante	3.595	3.264	20.127	19.968
Não circulante	-	-	105.469	110.564

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.1. Parcelamentos

14.1.1. Composição

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de parcelamentos são representados por:

Composição	Encargos financeiros	Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
PROIES (i)	Taxa de juros Selic	117.187	120.622
REFIS (ii)	Taxa de juros Selic	1.661	2.219
PPD ISS (iii)	Unidade Financeira Municipal (UFM)	-	399
Simplificado RFB (iv)	Taxa de juros Selic	-	550
Total		118.848	123.790

- (i) PROIES - Demais débitos e previdenciários: refere-se ao parcelamento proveniente da controlada Braz Cubas – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, instituído pela Lei nº 12.688/2012. Esse programa consiste na renegociação de dívidas tributárias com o governo federal, convertendo até 90% dessas dívidas em bolsas de estudo e, assim, reduzindo o pagamento em espécie a 10% do total devido. A dívida foi negociada em novembro de 2017 em 180 parcelas.
- (ii) REFIS: refere-se aos parcelamentos proveniente da controlada Braz Cubas, através da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, débitos vencidos até 2008; da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2015, de débitos vencidos até 2013; e a reabertura em todos os períodos habilitados, de acordo com a Lei. nº 11.941.
- (iii) PPD ISS: refere-se aos parcelamentos de débitos municipais de ISS vencidos até 2019, provenientes da controlada Braz Cubas, regidos pela Lei Complementares nº 74/2010 e pela Lei Complementar nº 136/2017.
- (iv) Simplificado: refere-se aos parcelamentos de débitos da esfera Federal, sendo INSS, COFINS, IRRF, CSRF, provenientes da controlada Braz Cubas, regidos pela Lei 10.522, de 19 de julho de 2002.

14.1.2. Movimentação

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	123.790	125.026
Apropriação de juros	55.024	44.762
Pagamentos	(59.966)	(45.998)
Saldo final	118.848	123.790

Em 31 de dezembro de 2023 o cronograma de vencimento era o seguinte:

Ano	Consolidado
1 ano	13.380
2 a 3 anos	30.321
Mais de 3 anos	75.147
	118.848

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Partes relacionadas

15.1. Consolidado

	31/12/2023		31/12/2022	
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Com controladoras				
Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (iii)	45.130	-	15.700	-
Outras partes relacionadas				
Motriz Participações Ltda.(i)(ii)	491	(5.878)	486	(5.630)
	45.621	(5.878)	16.186	(5.630)
Partes relacionadas	491		486	
Adiantamento para futuro aumento de capital	45.130		15.700	
	45.621		16.186	
Circulante	491		486	
Não circulante	45.130		15.700	

- (i) Refere-se ao montante total das parcelas mensais do imóvel relacionado ao Campus Ceunsp – Salto. O contrato de aluguel celebrado entre as partes possui prazo de vigência de 18 anos, contendo cláusula de prorrogação automática, sendo que todos os contratos possuem reajuste anual pelo índice IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) tomando como base a data de sua assinatura.
- (ii) A controlada Ceunsp celebrou um contrato de compromisso de compra e venda de um bem imóvel com a Motriz Participações Ltda., o valor do ganho de capital foi contabilizado como receitas diferidas conforme Nota 18.
- (iii) Os adiantamentos para futuro aumento de capital correspondem a valores enviados pela Companhia às suas controladas com expectativa de integralização ao seu capital social em um período de até 12 meses.

16. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a contingências e riscos. A provisão para demanda judicial é estabelecida por valores atualizados para todos os processos de natureza cível, tributária e trabalhista em discussão nas esferas judiciais e administrativas, com base nas opiniões dos consultores jurídicos, sendo provisionados os casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as contingências provisionadas estão relacionadas aos processos cíveis, tributários e trabalhistas, e demonstradas a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Processos cíveis	1.784	419	2.290	694
Processos tributários	830	766	4.442	4.241
Processos trabalhistas	5.180	7.399	10.057	13.328
Total	7.794	8.584	16.789	18.263

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para as demandas judiciais está descrita a seguir.

	Controladora			
	Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	895	-	8.466	9.361
Adições	510	766	838	2.114
Reversões	(92)	-	(280)	(372)
Pagamentos	(1.020)	-	(670)	(1.690)
Atualização monetária	126	-	376	502
Processos ex mantenedor	-	-	(1.331)	(1.331)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	419	766	7.399	8.584
Adições	1.650	-	1.950	3.600
Reversões	(176)	-	(2.553)	(2.729)
Pagamentos	(148)	-	(2.219)	(2.367)
Atualização monetária	39	64	603	706
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.784	830	5.180	7.794

	Consolidado			
	Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.555	3.220	16.949	21.724
Adições	726	766	1.561	3.053
Reversões	(229)	-	(881)	(1.110)
Pagamentos	(1.165)	-	(754)	(1.919)
Atualização monetária	144	-	588	732
Processos ex mantenedor	(337)	255	(4.135)	(4.217)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	694	4.241	13.328	18.263
Adições	2.124	-	4.876	7.000
Reversões	(293)	-	(2.792)	(3.085)
Pagamentos	(297)	-	(4.354)	(4.651)
Atualização monetária	67	64	835	966
Processos ex mantenedor	(5)	137	(1.836)	(1.704)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.290	4.442	10.057	16.789

16.1. Processos cíveis com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza jurídica e administrativa, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$2.290 em 31 de dezembro de 2023 (R\$694 em 31 de dezembro de 2022), cujas ações envolvem, principalmente, pedidos de indenização, danos materiais e morais decorrentes de supostas cobranças indevidas.

16.2. Processos tributários com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento e avaliação das várias ações de natureza jurídica e administrativa tributária. Para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidada) no montante de R\$4.442 em 31 de dezembro de 2023 (R\$4.241 em 31 de dezembro de 2022).

A variação ocorrida entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, se deu em razão

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de processos judiciais envolvendo a aquisição de uma das Controladas, podendo destacar a ação abaixo:

Entre as ações que possuem risco provável, há casos em que os objetos se referem a assuntos anteriores à aquisição da controlada Braz Cubas, pela Companhia, de modo que a responsabilidade dos ex-proprietários está garantida contratualmente. Tais ações totalizam prováveis perdas no montante de R\$3.612 em 31 de dezembro de 2023. Dentro desse montante, destaca-se uma ação conta a Braz Cubas com valor provisionado de R\$3.529, movida pela União, em que se discute o pagamento da multa de 40% do FGTS diretamente aos empregados, em acordos judiciais ou extrajudiciais, em desconformidade com a legislação, que determina o seu depósito nas contas vinculadas da Caixa Econômica Federal, e a ausência de recolhimento da contribuição rescisória de 10% por ocasião da dispensa sem justa causa de trabalhadores durante a gestão dos antigos acionistas da Braz Cubas.

16.3. Processos trabalhistas com perda provável

Os processos trabalhistas envolvem, principalmente, questionamentos sobre horas extras, supostas férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício e/ou de atividade de docência, equiparação salarial, adicional noturno, intervalo intra e interjornada, diferenças de salário por redução de carga horária de docentes e indenizações por suposto não cumprimento de acordo coletivo. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações trabalhistas, e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração da Companhia mantém (consolidado) a provisão de R\$10.057 em 31 de dezembro de 2023 (R\$13.328 em 31 de dezembro de 2022).

16.4. Contingências prováveis sobre processos de ex-proprietários

Parte dos processos das controladas refere-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia. São então contingências de responsabilidade exclusiva dos ex-proprietários, limitada ao dever de indenizar. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nos processos, a Companhia e suas controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento. As eventuais perdas definitivas nesses processos serão apuradas e lançadas em conta gráfica para os ressarcimentos, bem como poderão ser compensadas, inclusive, com retenção de pagamentos advindos de contratos de locação celebrados com os ex-proprietários, respeitados os limites e as condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes.

	Consolidado	Fato gerador ex-proprietários	Indenizável ex-proprietários (R\$)
Processos cíveis	2.290	307	126
Processos tributários	4.442	3.612	3.612
Processos trabalhistas	10.057	5.868	3.040
Total	16.789	9.787	6.778

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.5. Processos com perda possível

A Companhia possui processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não são provisionados conforme apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Processos cíveis	2.472	2.472	3.680	3.827
Processos tributários	13.904	12.828	20.906	19.466
Processos trabalhistas	2.966	1.784	6.418	7.118
Total	19.342	17.084	31.004	30.411

16.5.1. Processos cíveis com perda possível

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de dezembro de 2023, era de R\$3.680 (R\$3.827 em 31 de dezembro de 2022), cujas ações envolvem, principalmente, pedidos de indenização, danos materiais e morais decorrentes de supostas cobranças indevidas.

16.5.2. Processos tributários com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza jurídica e administrativa tributária com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$20.906 em 31 de dezembro de 2023 (R\$19.466 em 31 de dezembro de 2022).

Entre os vários processos tributários com risco de perda possível, podemos destacar os descritos a seguir.

Há processos administrativos movidos pela Receita Federal contra a ACEF discutindo principalmente verbas que integram a base de cálculo para o recolhimento de contribuições sociais e previdenciárias, entre outras, somando ao risco possível o valor R\$13.008. A instituição apresentou defesa em todos os processos e aguarda-se decisão final administrativa.

Existem ainda autos de infração instaurados pela Receita Federal contra a Braz Cubas, nos quais discutem supostas infrações às normas do ProUni. Foi apresentada impugnação, que foi julgada parcialmente procedente, para reconhecer a decadência da contribuição do período de 01/2008 a 11/2008, com a conseqüente redução no valor exigido no Auto de Infração. Atualmente aguarda-se o julgamento de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), totalizando o valor de R\$6.924.

16.5.3. Processos trabalhistas com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza trabalhista com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$6.418 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 7.118 em 31 de dezembro de 2022).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.5.4. Contingências possíveis sobre processos de ex-proprietários

Parte dos processos das controladas refere-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia. São então contingências de responsabilidade exclusivas desses ex-proprietários, limitada ao dever de indenizar. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nos processos, a Companhia e suas controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento. As eventuais perdas definitivas nesses processos serão apuradas e lançadas para restituição, bem como poderão ser compensadas, inclusive com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários, respeitados os limites e as condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes.

	Consolidado	Fato gerador ex-proprietários	Indenizável ex-proprietários (R\$)
Processos cíveis	3.680	157	140
Processos tributários	20.906	20.828	6.924
Processos trabalhistas	6.418	1.630	354
Total	31.004	22.615	7.418

Parte dos processos da controlada ACEF avaliados com prognóstico de risco possível referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da ACEF, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos que excedam o valor de R\$14.000 para Perdas Materializadas e R\$14.000 para Perdas Não Materializadas, da mesma forma, a Companhia possui garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários da ACEF, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes. Até a data de fechamento da Nota Explicativa, as contingências da controlada ACEF não haviam excedido os limites contratuais acima mencionados para perdas materializadas e perdas não materializadas.

16.6. Quantitativo de processos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Processos cíveis	262	221	467	445
Processos tributários	15	17	59	59
Processos trabalhistas	50	58	161	210
Total	327	296	687	714

16.7. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Processos cíveis	216	96	280	114
Processos tributários	1.010	850	2.018	1.390
Processos trabalhistas	3.556	2.767	4.622	4.357
Total	4.782	3.713	6.920	5.861

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Obrigações por aquisições de participações societárias

17.1. Composição

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Braz Cubas	Taxa CDI	23.745	21.004	23.745	21.004
		23.745	21.004	23.745	21.004
	Não circulante	23.745	21.004	23.745	21.004

17.2. Movimentação

	Controladora (i)	Consolidado (ii)
(=) Saldo em 31/12/2021	36.556	39.225
(+) Juros apropriados	2.825	2.826
(-) Pagamentos de principal	(15.000)	(17.000)
(-) Pagamentos de juros	(3.377)	(4.047)
(=) Saldo em 31/12/2022	21.004	21.004
(+) Juros apropriados	2.741	2.741
(=) Saldo em 31/12/2023	23.745	23.745
Não circulante	23.745	23.745

- (i) ao principal da parcela retida das obrigações por aquisições das controladas Veritas R\$15.000 e respectivos juros reajustados pelo CDI pela Companhia.
- (ii) passivos assumidos acrescidos de juros reajustados pelo CDI pela aquisição da Santa Rita através da combinação de negócios com acionistas anteriores à aquisição de sua controladora Veritas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, a parcela não circulante apresentava o cronograma de vencimento a seguir.

Ano	Consolidado
2025	7.500
2026	16.245
Total	23.745

18. Receita diferida

	Consolidado
(=) Saldo em 31/12/2021	10.952
(-) Apropriação	(722)
(=) Saldo em 31/12/2022	10.230
(-) Apropriação	(723)
(=) Saldo em 31/12/2023	9.507
Circulante	722
Não circulante	8.785

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Propriedade de arrendamento mercantil

Em 20 de março de 2017, a controlada indireta Ceunsp, realizou transação de *sale and leaseback* do imóvel onde está situado o seu campus. A operação consistiu na venda e no aluguel do referido imóvel simultaneamente perante sua parte relacionada Motriz Participações Ltda.

O valor da venda do imóvel foi de R\$25.500, com recebimento de acordo com o fluxo de pagamento estipulado em contrato. O ganho líquido dos custos de venda foi de R\$14.442 e está registrado como receita diferida no passivo circulante e não circulante amortizável pelo prazo de 20 anos, conforme prazo do contrato de aluguel.

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

Em 05 de dezembro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou o aumento de capital no valor de R\$15.700, passando de R\$123.950, para R\$139.650, sem emissão de novas ações, sendo totalmente subscritas e integralizadas mediante aproveitamento de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), realizada pela controladora Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Companhia era de R\$139.650 (R\$123.950 em 31 de dezembro de 2022) composto por 400.182 ações ordinárias, em ambos os exercícios, nominativas e sem valores nominais, totalmente integralizadas e a composição acionária é apresentada a seguir.

Acionistas	31/12/2023		31/12/2022	
	Ações	% Part.	Ações	% Part.
Cruzeiro do Sul Educacional S.A.	400.181	100,00%	400.181	100,00%
Acionistas Pessoa Física	1	0,00%	1	0,00%
	400.182	100,00%	400.182	100,00%

19.2. Reserva legal

A reserva legal tem o objetivo de assegurar a integridade do capital social e somente pode ser usada para compensar perdas ou aumentar o capital social.

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado na rubrica “Reserva legal” o valor de R\$13.000 (R\$8.071 em 31 de dezembro de 2022).

19.3. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei nº 6.404.76, é representada pelo lucro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

líquido não distribuído após constituição da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios.

Em 31 de dezembro de 2023, do resultado do exercício, foi destinado o valor de R\$70.231 à reserva de retenção de lucros (R\$28.937 em 31 de dezembro de 2022). Essa proposta seguirá para aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2024.

19.4. Dividendos

Conforme o estatuto social da Companhia é garantido aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou o montante de R\$23.410 (R\$9.646 em 31 de dezembro de 2022) a título de dividendos mínimos obrigatórios.

Os dividendos foram apurados conforme abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	98.570	40.614
Base para reserva legal	98.570	40.614
Apropriação para reserva legal (Art.193 da Lei nº 6.404)	4.929	2.031
Base para dividendo mínimo obrigatório	93.641	38.583
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	23.410	9.646
Destinação para reserva de retenção de lucros	70.231	28.937
Quantidade de ações em 31 de dezembro	400.182	400.182

20. Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não detém ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

Lucro por ação (básico e diluído)	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido no exercício	98.570	40.614
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	400.182	400.182
Lucro por ação em R\$	246,3129	101,4888

21. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

21.1. Instrumentos financeiros

As atividades da Companhia e/ou de suas controladas as expõem a diversos riscos de mercado (incluindo cambial, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e/ou suas controladas apresentam exposições aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros descritos a seguir.

21.1.1. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras.

21.1.2. Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras, sujeitos a taxas de juros variáveis.

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras e debêntures estão mencionadas nas Notas 5 e 11, respectivamente.

21.1.3. Sensibilidade à taxa de juros

Os instrumentos financeiros ativos da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais, em 31 de dezembro de 2023, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia e suas controladas estão ligados à variação do CDI para aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures. No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando através das curvas obtidas através do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Dessa maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia e suas controladas consideraram uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco.

Para a análise de sensibilidade do passivo de arrendamento, utilizamos como base o IGPM, pois representa, substancialmente, a maioria dos nossos contratos.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto considerando um ano de correção a partir de 31 de dezembro de 2023:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cenário em 31 de dezembro de 2023 (Controladora)

Operação	Risco	Taxa	31/12/2023	Provável	Variação 25%	Variação 50%
Equivalentes de caixa (Nota 5)	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI 11,65%)	4.533	4.533	4.401	4.269
Debêntures (Nota 11)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 11,65%)	254.339	254.339	261.747	269.154
Passivo de arrendamento (Nota 12)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento de IGPM e IPCA) (i)	(IGPM (3,18%))	86.634	86.634	86.634	86.634

(i) IGPM acumulado negativo no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2023.

Cenário em 31 de dezembro de 2023 (Consolidado)

Operação	Risco	Taxa	31/12/2023	Provável	Variação 25%	Variação 50%
Equivalentes de caixa (Nota 5)	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI 11,65%)	125.423	125.423	121.770	118.117
Debêntures (Nota 11)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 11,65%)	254.339	254.339	261.747	269.154
Passivo de arrendamento (Nota 12)	Dívida (risco de aumento de juros/dívida em função do aumento de IGPM e IPCA) (i)	(IGPM (3,18%))	292.344	292.344	292.344	292.344

(i) IGPM acumulado negativo no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2023.

21.1.4. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, representado pela possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seus alunos.

O risco de crédito dos alunos é administrado pela Companhia e por cada controlada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. O saldo a receber de mensalidades é denominado em reais, e a Administração monitora o risco do saldo a receber dos alunos. As mensalidades são cobradas mensalmente com base no contrato firmado entre a Companhia e os alunos.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A Companhia e suas controladas têm como política a aplicação de recursos em bancos de primeira

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

linha e em produtos financeiros com baixo nível de exposição e alto nível de liquidez. Praticamente todo o excesso de caixa é aplicado em certificados de depósito bancário emitidos por essas instituições.

21.1.5. Risco de liquidez

Consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas suas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais. O fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é realizado de forma centralizada pelo departamento de Finanças da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das entidades para assegurar que tenham caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais.

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas referem-se a debêntures contratadas, contas a pagar a fornecedores, além de contas a pagar por aquisição de participação societária. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente do título ou do passivo.

Passivos financeiros	Nota	Controladora			Total
		31 de dezembro de 2023			
		Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	
Adiantamento de clientes		4.498	-	-	4.498
Dividendos a pagar	19.4	23.410	-	-	23.410
Debêntures	11	30.472	155.527	68.340	254.339
Fornecedores		7.518	-	-	7.518
Obrigações tributárias	14	3.595	-	-	3.595
Obrigações por aquisição de participação societária	17	-	7.500	16.245	23.745
Passivos de arrendamento	12	6.302	12.080	68.252	86.634
		75.795	175.107	152.837	403.739

Passivos financeiros	Nota	Controladora			Total
		31 de dezembro de 2022			
		Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	
Adiantamento de clientes		4.222	-	-	4.222
Dividendos a pagar	19.4	31.596	-	-	31.596
Debêntures	11	80.324	190.931	60.062	331.317
Fornecedores		7.194	-	-	7.194
Obrigações tributárias	14	3.264	-	-	3.264
Obrigações por aquisição de participação societária	17	-	7.500	13.504	21.004
Passivos de arrendamento	12	4.390	10.291	70.716	85.397
		130.990	208.722	144.282	483.994

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros	Nota	Consolidado			
		31 de dezembro de 2023			
		Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Adiantamento de clientes		10.014	-	-	10.014
Dividendos a pagar	19.4	23.410	-	-	23.410
Debêntures	11	30.472	155.527	68.340	254.339
Fornecedores		16.671	-	-	16.671
Obrigações tributárias	14	20.127	30.321	75.148	125.596
Obrigações por aquisição de participação societária	17	-	7.500	16.245	23.745
Passivos de arrendamento	12	18.282	35.473	238.589	292.344
		118.976	228.821	398.322	746.119

Passivos financeiros	Nota	Consolidado			
		31 de dezembro de 2022			
		Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Adiantamento de clientes		8.990	-	-	8.990
Dividendos a pagar	19.4	31.596	-	-	31.596
Empréstimos e financiamentos		11	-	-	11
Debêntures	11	80.324	190.931	60.062	331.317
Fornecedores		13.616	-	-	13.616
Obrigações tributárias	14	19.968	27.468	83.096	130.532
Obrigações por aquisição de participação societária	17	-	7.500	13.504	21.004
Passivos de arrendamento	12	16.699	30.556	237.619	284.874
		171.204	256.455	394.281	821.940

21.1.6. Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e um capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Companhia incluiu na dívida líquida os empréstimos, financiamentos, debêntures e passivos de arrendamento (circulante e não circulante), menos caixa e equivalentes de caixa, e optou por apresentar o consolidado por considerar mais relevante.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	-	11
Debêntures (Nota 11)	254.339	331.317
Passivo de arrendamento (Nota 12)	292.344	284.874
(=) Total dívida bruta	546.683	616.202
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(125.423)	(115.516)
(=) Total dívida líquida	421.260	500.686
Patrimônio líquido (Nota 19)	328.868	238.008
Dívida líquida e patrimônio líquido	750.128	738.694
% Dívida líquida sobre o patrimônio líquido	128,1%	210,4%

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.2. Valor justo

A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado no que diz respeito a alterações climáticas, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação, bem como alterações devido ao risco ESG;
- Nível 2 - Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3 - Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). É o caso dos títulos patrimoniais não cotados e dos instrumentos em que o risco ESG dá origem a um ajuste não observável significativo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados a valor justo classificados como nível 1, 2 e 3.

Classificação contábil

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos – Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	4.533	7.458	125.423	115.516
Contas a receber (Nota 6)	29.448	24.815	71.378	62.176
Outros créditos (Nota 7)	16.953	19.783	21.310	18.422
Total	50.934	52.056	218.111	196.114
Passivos – Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	11
Debêntures (Nota 11)	254.339	331.317	254.339	331.317
Fornecedores	7.518	7.194	16.671	13.616
Passivos de arrendamento (Nota 12)	86.634	85.397	292.344	284.874
Obrigações por aquisição de participação societária (Nota 17)	23.745	21.004	23.745	21.004
Total	372.236	444.912	587.099	650.822

A Companhia entende que o valor justo dos instrumentos financeiros é próximo ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto a valor presente, utilizando-se juros de mercado em 31 de dezembro de 2023, não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se o custo de capital da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Imposto de renda e contribuição social – Corrente e diferido

22.1. Reconciliação da alíquota efetiva

A reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está apresentada a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	98.514	38.107	99.910	41.060
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto pela alíquota combinada	(33.495)	(12.956)	(33.969)	(13.960)
Principais adições e exclusões:				
Despesas não dedutíveis	(440)	(44)	(1.940)	(1.962)
Adições (exclusões) líquidas sem a constituição de diferido (ii)	640	-	(4.327)	(7.996)
Equivalência patrimonial	20.050	8.938	-	-
Adicional e PAT	254	164	472	363
Efeitos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL (i)	-	-	2.316	2.509
Isenção PROUNI (iii)	13.047	6.405	36.108	20.600
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	56	2.507	(1.340)	(446)
IRPJ e CSLL - Corrente	(1.021)	(1.409)	(2.090)	(2.883)
IRPJ e CSLL - Diferido	1.077	3.916	750	2.437

(i) Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecido e outras despesas não dedutíveis.

(ii) As principais exclusões (adições) são principalmente oriundas de: estornos e constituições de determinadas provisões, tais como provisões para crédito de liquidação duvidosa, contingências e remuneração variável; e realização de saldo de mais valia relacionado às combinações de negócios.

(iii) Isenção do IRPJ e da CSLL referente ao PROUNI, calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) sobre as atividades beneficiadas.

22.2. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Amortizações mais valia	19.733	19.733
Arrendamento IFRS 16/CPC 06 (R2)	4.373	3.485
Provisão de contingência	2.650	2.918
PECLD	1.826	1.094
Outras diferenças temporárias do lucro real	1.392	1.667
Total tributos diferidos, líquidos	29.974	28.897

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
IR/CS diferido sobre incorporação reversa Santa Rita	194	2.973
Arrendamento IFRS 16/CPC 06 (R2)	7.416	6.219
Amortizações mais valia (i)	20.646	20.646
Provisão de contingências	3.197	3.196
PECLD	3.826	1.908
Outras diferenças temporárias do lucro real	5.755	6.095
Total tributos diferidos ativos	41.034	41.037
Passivo		
Reserva de reavaliação (ii)	(15.639)	(16.392)
Total diferido passivo	(15.639)	(16.392)
Tributos diferidos, líquidos	25.395	24.645

22.3. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

Os saldos e a movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são demonstrados com seus efeitos no resultado a seguir.

Controladora	31/12/2022	Efeitos no resultado	31/12/2023
Ativo			
Amortizações mais valia (i)	19.733	-	19.733
Arrendamento IFRS 16/CPC 06 (R2)	3.485	888	4.373
Provisão de contingência	2.918	(268)	2.650
PECLD	1.094	732	1.826
Outras diferenças temporárias do lucro real	1.667	(275)	1.392
Total tributos diferidos, líquidos	28.897	1.077	29.974

Consolidado	31/12/2022	Efeitos no resultado	31/12/2023
Ativo			
IR/CS diferido sobre incorporação reversa Santa Rita	2.973	(2.779)	194
Arrendamento IFRS 16/CPC 06 (R2)	6.219	1.197	7.416
Amortizações mais valia (i)	20.646	-	20.646
Provisão de contingências	3.196	1	3.197
PECLD	1.908	1.918	3.826
Outras diferenças temporárias do lucro real	6.095	(340)	5.755
Total tributos diferidos ativos	41.037	(3)	41.034
Passivo			
Reserva de reavaliação (ii)	(16.392)	753	(15.639)
Total diferido passivo	(16.392)	753	(15.639)
Total tributos diferidos, líquidos	24.645	750	25.395

(i) Os maiores valores de diferidos, são oriundos de amortização de mais valia das empresas adquiridas ainda não incorporadas e amortização fiscal do ágio sobre incorporação reversa da empresa Santa Rita adquirida em março de 2018.

(ii) Valor referente a Reserva de reavaliação oriunda da adquirida Braz Cubas em fevereiro de 2020.

Os montantes a seguir, podem vir a ser utilizados como base para contabilização dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	31/12/2023	
	Saldos disponíveis (i)	Base utilizada p/ IR/CS diferidos ativos
Prejuízo fiscal	112.499	-
Base de cálculo negativa de CSLL	132.875	-

Descrição	31/12/2022	
	Saldos disponíveis (i)	Base utilizada p/ IR/CS diferidos ativos
Prejuízo fiscal	114.679	-
Base de cálculo negativa de CSLL	128.828	-

22.4. Imposto de renda e contribuição social diferido ativo por ano de realização:

Faixa de vencimento	Consolidado	
	Total em 31/12/2023	%
2024	3.683	9%
2025	4.542	11%
2026	2.382	6%
2027	2.715	7%
2028 em diante	27.712	67%
	41.034	100%

23. Receita líquida

A tabela a seguir apresenta a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta				
Cursos de graduação	702.757	592.271	1.586.566	1.309.630
Cursos de pós-graduação	7.235	6.234	11.188	9.301
Cursos técnicos e colégio	6.080	5.089	38.025	31.056
Outras receitas	1.438	1.626	2.703	2.768
	717.510	605.220	1.638.482	1.352.755
Deduções da receita bruta				
Descontos e devoluções	(457.843)	(360.448)	(1.054.436)	(816.950)
Tributos	(7.946)	(8.571)	(20.376)	(20.030)
	(465.789)	(369.019)	(1.074.812)	(836.980)
Receita líquida	251.721	236.201	563.670	515.775

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Custos e despesas por natureza

	31/12/2023				Controladora 31/12/2022			
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total
Salários e encargos sociais	(68.536)	(8.367)	-	(76.903)	(66.260)	(9.534)	-	(75.794)
Custos com parceria	(34.575)	-	-	(34.575)	(31.782)	-	-	(31.782)
Despesas com PECLD (Nota 6)	-	(9.376)	-	(9.376)	-	(11.858)	-	(11.858)
Depreciação do direito de uso	(7.184)	-	-	(7.184)	(6.719)	-	-	(6.719)
Publicidade e propaganda	-	(5.111)	-	(5.111)	-	(6.162)	-	(6.162)
Depreciação e amortização	-	(3.580)	-	(3.580)	-	(3.044)	-	(3.044)
Despesas com serviços de terceiros	(1.429)	(1.468)	-	(2.897)	(1.593)	(1.095)	-	(2.688)
Manutenção e reparos	(1.786)	(257)	-	(2.043)	(897)	(1.012)	-	(1.909)
Receitas com aluguéis	-	-	284	284	-	-	85	85
Outras receitas (despesas), líquidas (i)	(5.350)	(4.226)	799	(8.777)	(5.005)	(9.621)	665	(13.961)
	(118.860)	(32.385)	1.083	(150.162)	(112.256)	(42.326)	750	(153.832)

	31/12/2023				Consolidado 31/12/2022			
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais, administrativas e comerciais	Outras receitas, líquidas	Total
Salários e encargos sociais	(166.788)	(19.639)	-	(186.427)	(165.111)	(18.582)	-	(183.693)
Custos com parceria	(51.333)	-	-	(51.333)	(46.827)	-	-	(46.827)
Despesas com PECLD (Nota 6)	-	(30.225)	-	(30.225)	-	(30.321)	-	(30.321)
Depreciação e amortização	-	(25.911)	-	(25.911)	-	(28.609)	-	(28.609)
Depreciação do direito de uso	(23.189)	-	-	(23.189)	(22.988)	-	-	(22.988)
Despesas com serviços de terceiros	(14.484)	(2.600)	-	(17.084)	(14.246)	(2.183)	-	(16.429)
Publicidade e propaganda	-	(9.139)	-	(9.139)	-	(11.020)	-	(11.020)
Manutenção e reparos	(5.220)	(1.109)	-	(6.329)	(5.018)	(2.818)	-	(7.836)
Receitas com aluguéis	-	-	1.214	1.214	-	-	622	622
Outras receitas (despesas), líquidas (i)	(17.899)	(12.368)	1.699	(28.568)	(14.136)	(18.353)	1.629	(30.860)
	(278.913)	(100.991)	2.913	(376.991)	(268.326)	(111.886)	2.251	(377.961)

(i) Os valores estão representados, principalmente, pelos ganhos de processos judiciais, baixa e perdas de ativo fixo e receita com vendas de imóveis.

25. Resultado financeiro

25.1. Receitas financeiras

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas sobre aplicações financeiras	1.147	1.780	17.067	15.108
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades	761	372	1.659	900
Outras receitas	443	222	1.475	831
Total das receitas financeiras	2.351	2.374	20.201	16.839

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25.2. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Encargos financeiros sobre debêntures	(41.859)	(48.734)	(41.859)	(48.734)
Juros sobre passivo de arrendamento	(9.139)	(9.049)	(28.954)	(27.316)
Financiamentos estudantis, descontos concedidos e encargos financeiros sobre cartões de créditos	(8.650)	(9.455)	(19.443)	(17.821)
Garantias, comissões bancárias e Parcelamentos	(1.113)	(1.367)	(12.345)	(14.322)
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de controladas	(2.741)	(2.825)	(2.741)	(2.826)
Ajuste a valor presente	150	(675)	(351)	(1.511)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(1)	(7)
Outras despesas financeiras	(1.015)	(820)	(1.276)	(1.056)
Total despesas financeiras	(64.367)	(72.925)	(106.970)	(113.593)

26. Seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes (não auditado) para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A tabela a seguir apresenta as importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	31/12/2023	31/12/2022
Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza	423.724	346.000
Perda ou pagamento de aluguel	28.000	21.000
Impacto de veículo terrestre e demais aéreo e/ou espacial	20.000	15.000
Roubo de bens	910	683
Danos elétricos	8.000	6.000
Vazamentos de tanques, tubulações e derrames de água ou demais substâncias	24.000	19.500
Outros	49.120	33.270

Certificate Of Completion

Envelope Id: 2BEC10770A404F2485D557DD4D2339B3	Status: Completed
Subject: Complete with DocuSign: DFs ACEF 2023.pdf	
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)	
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables	
Source Envelope:	
Document Pages: 65	Signatures: 1
Certificate Pages: 2	Initials: 0
AutoNav: Enabled	Envelope Originator:
Envelopeld Stamping: Enabled	Marcos Galasso
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
	marcos.galasso@pwc.com
	IP Address: 54.94.244.235

Record Tracking

Status: Original 28 March 2024 18:34	Holder: Marcos Galasso marcos.galasso@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 28 March 2024 20:35	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Vinicius Rego
vinicius.rego@pwc.com
PwC BR
Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate
Signature Provider Details:
Signature Type: ICP Smart Card
Signature Issuer: AC SERASA RFB v5
Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:

5DDCCF00B7834A4...
 Signature Adoption: Drawn on Device
 Using IP Address: 201.56.5.228

Timestamp

Sent: 28 March 2024 | 18:36
 Resent: 28 March 2024 | 20:23
 Viewed: 28 March 2024 | 20:33
 Signed: 28 March 2024 | 20:35

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp

Carbon Copy Events

Karen Barbieri
karen.barbieri@pwc.com
PwC BR
Security Level: Email, Account Authentication (None)
Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

COPIED

Sent: 28 March 2024 | 18:36

Marcos Galasso
marcos.galasso@pwc.com
Security Level: Email, Account Authentication (None)

COPIED

Sent: 28 March 2024 | 20:35
 Viewed: 28 March 2024 | 20:35
 Signed: 28 March 2024 | 20:35

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
---------------------------	---------------	------------------

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Witness Events	Signature	Timestamp
-----------------------	------------------	------------------

Notary Events	Signature	Timestamp
----------------------	------------------	------------------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
--------------------------------	---------------	-------------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	28 March 2024 18:36
Certified Delivered	Security Checked	28 March 2024 20:33
Signing Complete	Security Checked	28 March 2024 20:35
Completed	Security Checked	28 March 2024 20:35

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------